União da Vitória (PR) e Porto União (SC): braços abertos para recebimento de refugiados ucranianos

(Claudio Cavalcante Junior)

As cidades de União da Vitória e Porto União estão unidas localizadas, a primeira no sul do Paraná, e a segunda no norte de Santa Catarina. A região foi colonizada sobretudo por imigrantes europeus a partir do final do século XIX. Além dos ucranianos que se estabeleceram na região a partir de 1895 (greco-católicos provenientes da Halychyna, então parte do Império Austro-Húngaro), aqui encontramos poloneses, italianos, alemães e árabes (sírio-libaneses). Apesar de conflitos passados entre as comunidades, hoje as relações são harmônicas.

Hoje União da Vitória tem 58.298 habitantes e Porto União 35.543 habitantes, segundo dados do IBGE. Sua distância da capital paranaense (Curitiba) é de 243 Km. As principais atividades econômicas são agricultura, mineração (areia) e indústria madeireira. O setor de serviços também é bem desenvolvido na cidade.

Há cerca de 1.000 famílias de ascendência ucraniana na região (as cidades ao redor também tem significativa população de origem ucraniana). Há duas igrejas matrizes greco-católicas ucranianas no perímetro urbano e muitas outras comunidades no interior dos dois municípios. Há também três igrejas ortodoxas ucranianas, da Eparquia ucraniana ortodoxa de Curitiba, sob a jurisdição do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla.

Há também um Clube Ucraniano, fundado em 1923 legalmente ligado a Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS) com sede em Curitiba. No Clube funciona o grupo folclórico Kalena (com grupos de dança e coral), fundado em 1969. Outras tradições ucranianas são cultivadas aqui como os bordados ponto-cruz, pyssankas e a culinária típica, presente nas casas e nas festas da igreja ou do clube.

Muitas famílias estão dispostas a receber famílias refugiadas da Ucrânia e um cadastro para isso já está em andamento. Quanto a inserção de refugiados, há um extensa rede escolar municipal e estadual que podem contribuir com o ensino de língua portuguesa e absorção de crianças e adolescentes no ensino básico. Estas questões ainda devem ser tratado com prefeitos, secretários de educação e assistência social, além de demandar acordos com os núcleos de educação estaduais. Há também quatro instituições de ensino superior na região: uma pública e três particulares que podem contribuir nesse processo.